

Ata 9ª Reunião do GAEPE Arquipélago do Marajó

Reunião: Videoconferência pela Plataforma GOOGLE MEET

Data: 02/05/2023. Início: 09:00 hs

Participantes: AMAM (Rosenilda Cardoso, Raquel Ribeiro), ARTICULE (Alessandra Gotti, Ismar Cruz, Arthur Balbani, Tatiana Bello Djrdjrjan), FNDE (Raquel Pereira), MPPA (Carlos Eugênio), Rede Mondó (Camila Santos), SEDUC-PA (Rossieli Soares, Dionisio Sá, Lucia Saito, Julio Meireles, Carla Reis), SEMED-Afuá (Neila Guedes, Josias Lobato), SEMED-Anajás (Thiago Barata), SEMED-Bagre (Elianete Farias, Maria do Socorro Almeida Dantas), SEMED-Breves (Gelly Lima, Renata Machado, Rosa Leão Oliveira, Maria Emiliana Medeiros, Keyla Furtado, Lucyjane Bezerra, Joanne Nascimento), SEMED-Chaves (Delzirene Pantoja), SEMED-Curralinho (Ligia Sales, Jonas Farias), SEMED-Gurupá (Cleonice Lourenço), SEMED-Melgaço (Eder Ferreira), SEMED-Muaná (Elde Pereira), SEMED-Santa Cruz do Arari (Sidiclei Sacramento), SEMED-Ponta de Pedras (Danielle Pereira), SEMED-São Sebastião da Boa Vista (Jefferson Patrick, Junielson Farias, Francinaldo Bandeira), SEMED-Salvaterra (Nonato Borges, Otacilio Paredes, David Rogério), SEMEC-Soure (Clara Santos, Liz Carla), TCM/PA (Cezar Colares, Adriana Oliveira, Sérgio Bacury, Marinice Pureza, Diego Estácio, Josiane Parijós, Everaldo Lino, Ana Cristina Sodre, Ailton Lima), UEPA (João Colares), UFPA (Flavia Lemos), Odabel Campos, Movimento Inclusão Marajó, Eleonora Andrade, Antônio Santos, Benedito Andrade.

Alessandra Gotti (ARTICULE), **Cezar Colares** e **Adriana Oliveira** (TCM/PA) deram as boas-vindas aos participantes.

No item Informes, **Alessandra Gotti** (ARTICULE) apresentou a todos a mais nova integrante do Instituto ARTICULE, Tatiana Bello, que trabalhou no Itaú Social e tem uma trajetória profissional de quase 20 anos no terceiro setor, sempre liderando equipes relacionadas à educação pública. Em seguida, informou que o Arthur Balbani, também do Instituto ARTICULE, defendeu a sua dissertação de mestrado na Faculdade de Direito da USP de São Paulo, sobre os GAEPEs existentes no país, e que se constitui no primeiro trabalho científico sobre essa forma de governança.

Sérgio Bacury (TCM/PA) informou que a equipe do Tribunal de Contas vai se reunir hoje com a equipe da SEDUC/PA, para alinhamento de ações entre essas Instituições. Na próxima quinta-feira vai ocorrer uma videoconferência entre o Centro Lemann, as SEMEDs do Marajó e mais a SEDUC/PA, para tratar da escolha democrática dos gestores escolares, partindo da análise da legislação existente nos municípios sobre essa questão, para que se possa orientar como os municípios devem readequar os seus dispositivos legais, efetivar a escolha dos gestores e implementar um processo de capacitação e avaliação deles. E, na sexta-feira, vai ocorrer a reunião no MPPA, com a presença do Promotor Público de Soure, para analisar a proposta de trabalhar em conjunto com o Ministério Público na análise da folha de pagamento dos profissionais do magistério desse município e posterior realização de concurso público.

Carlos Eugênio (MPPA) informou que foi realizada na sede do Ministério Público uma reunião para tratar das questões relacionadas com os conselhos escolares e PDDE, com a participação de representantes do TCM/PA, SEDUC/PA, Banco do Brasil e da ANOREG, que representa as entidades cartorárias no Pará, tendo sido bastante produtiva e com receptividade de todos para solução dos problemas existentes. Ainda deverá fazer parte desse grupo o Tribunal de Justiça do Estado e a Receita Federal. **Sérgio Bacury** (TCM/PA) complementou, dizendo que já foi formado um grupo no Whatsapp com todos esses representantes, os coordenadores das SEMEDs do Marajó que tratam desse tema, e a responsável pelo PDDE no FNDE, e que foi solicitado aos coordenadores municipais que levantem todos os problemas existentes, para que possa realizar posteriormente uma reunião de trabalho.

Cezar Colares (TCM/PA) informou que essa reunião no MPPA foi uma iniciativa do próprio Ministério Público, que percebeu a fragilidade sobre um assunto que precisava avançar, e por isso tomou a iniciativa

de convidar as instituições envolvidas com a questão para encontrar soluções adequadas e plausíveis. Afirmou que conversou com a Diretora do FNDE que trata do PDDE sobre isso, tendo sido informado que já existe uma conversa também a nível nacional com o Banco do Brasil no sentido de tentar equacionar os problemas que o Ministério Público apontou, e que há interesse do FNDE em realizar um evento de capacitação presencial para os conselhos escolares dos municípios do Marajó neste ano. Informou que esteve participando das ações realizadas na Semana D da Busca Ativa Escolar (BAE) no Marajó, sob a coordenação do UNICEF, e que ficou muito contente com envolvimento das redes municipais nessa ação, que envidaram todos os esforços para realizar uma intensa campanha em escolas, nas comunidades rurais e por meio de passeatas, inclusive em vilas distantes, alertando a população sobre a importância e a necessidade dos alunos estarem na escola, permanecerem na escola, e efetivamente aprenderem. Comentou também que esteve presente no lançamento, pela SEDUC/PA, do Programa ALFABETIZA Pará, em Breves e Soure, acompanhando o Secretário de Estado de Educação e sua equipe, tendo participado de reuniões com os prefeitos municipais do Marajó acerca dos problemas da educação na região, e que com isso está se fortalecendo a parceria com a SEDUC/PA e o entendimento de que a educação só vai melhorar, no Estado do Pará, se todos caminharem juntos e envidarem esforços em conjunto para melhorar as redes municipais e a rede estadual de ensino. Finalizou, comunicando que na data de hoje será realizada uma reunião com a SEDUC/PA justamente para alinhar as ações em desenvolvimento pelo GAEPE com as ações que a Secretaria de Educação está planejando realizar na região.

Rossieli Soares (SEDUC/PA) registrou sua satisfação em participar dessa governança e afirmou que está em um processo obviamente de muito foco em resultado para o Pará, olhando para as regiões mais vulneráveis, e que por isso é muito importante essa aproximação com o GAEPE, com o TCM/PA e com todas as Instituições, e que é necessário se fazer um alinhamento de ações, pois a Secretaria está buscando realizar ações estruturais não somente para o Marajó, mas também para todo o Estado do Pará. Informou que nos próximos dias vão chegar os materiais do uso para a alfabetização, e que o processo de formação vai se intensificar muito daqui em diante, sendo fundamental que todas as Instituições participem, junto com a Secretaria, tanto do planejamento quanto da realização dessa ação. Sugeriu realizar uma reunião para que se possa detalhar as ações em desenvolvimento, a possibilidade de fazer um curso de formação com secretários e com as equipes das SEMEDs, e de fazer um esforço conjunto de organização da matrícula para o ano letivo de 2024, e para isso tem que se começar agora em 2023. A própria SEDUC/PA está fazendo um esforço de adaptar o seu calendário, e solicitou ajuda do GAEPE para realizar um calendário único no Marajó em ambas as redes de ensino, levando em consideração as peculiaridades dos municípios e os períodos dos ciclos produtivos na região, como é o caso da extração do açaí. **Alessandra Gotti** (ARTICULE) comentou que nessa governança é fundamental que todos trabalhem em torno de uma agenda comum, que todos possam trazer pautas, e que essa pauta de adequação do calendário escolar, com destaque para a safra do açaí, estava no horizonte desde o início do GAEPE.

Foi aprovada essa articulação com a SEDUC/PA sobre o calendário escolar unificado no Marajó e a inclusão dessa pauta na próxima reunião do GAEPE.

Raquel Pereira (FNDE) informou que está representando o FNDE nessa governança, com relação aos assuntos relacionados aos conselhos escolares e PDDE, e que na semana passada participou de uma reunião com o Banco do Brasil sobre um novo produto, referente à habilitação do cartão PDDE, para ser enviado diretamente à escola ou à residência do titular do cartão, eliminando a ida ao banco para buscar o cartão e, quando esse cartão chegar até ao titular, haverá instruções bem claras sobre o que ele precisa ter para levar o banco e habilitar a conta no banco. O banco vai desenvolver comandos específicos e instruir os seus gerentes, com o intuito de facilitar a habilitação da conta, evitando assim várias idas do titular do cartão ao Banco do Brasil. Essa iniciativa decorreu da quantidade de reclamações sobre essa questão, e por isso é importante que se faça uma reclamação nos canais oficiais do Banco do Brasil.

João Colares (UEPA) informou que no ano passado a UEPA elaborou um projeto intitulado “Marajó Alfabetizado”, voltado para a formação de professores e de gestores dos 17 municípios do Marajó, mas que como o PPA já estava finalizando não se conseguiu os recursos financeiros do governo do Estado.

Todavia, neste ano em curso o Governador do Estado agendou uma reunião com o Reitor da Universidade e solicitou que fosse elaborado um projeto de grande envergadura, voltado para as populações tradicionais, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, e pescadoras, entre outras, e foi apresentado uma série de projetos, dentre os quais um voltado à formação de professores e de gestores do Marajó, parecido com aquele concebido no ano passado, que nesse momento se encontra em análise na Secretaria de Estado de Planejamento, com perspectiva de liberação dos recursos no segundo semestre deste ano. Quando tiver notícias sobre a concretude desse financiamento, vai se agendar uma reunião com o GAEPE e com os secretários de educação, para começar a planejar a execução desse curso.

No item da pauta sobre “Materiais com foco na aprendizagem da língua portuguesa e matemática”, **Dionísio Sá** (CEFOR-SEDUC/PA) explicou que o Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR) começou a pensar na preparação desse processo de recomposição da aprendizagem, seja do ensino fundamental seja do ensino médio, por meio da plataforma AVACEFOR, que se constitui em um ambiente virtual de aprendizagem. Em seguida, mostrou na tela o passo a passo de acesso à plataforma (<https://www.seduc.pa.gov.br/site/cefor>) e explicou que dá para interagir com o professor, conversar com o coordenador, e acessar o material pedagógico. Já tem milhares de profissionais da educação inscritos e cadastrados, e não é somente para o profissional da rede estadual, mas sim para qualquer profissional da rede de ensino pública. Essa plataforma permite, por exemplo, evidenciar a necessidade de recomposição sobre o conteúdo que o aluno ainda não tem, mas que precisa ainda compreender para ele avançar, portanto os itens abordados estão calibrados como pré-requisitos que vai dar segurança ao aluno. Com isso, o professor pode criar um grupo de observação, com conhecimentos sobre quais alunos estão com maiores dificuldades.

Cezar Colares (TCM/PA) parabenizou o CEFOR e a SEDUC/PA pela concepção dessa ferramenta pedagógica para apoio à recuperação da aprendizagem no Pará. Enquanto GAEPE, entende ser necessário mobilizar as redes municipais de ensino do Marajó para que possam utilizar esse material, com vistas à capacitação dos seus professores. **Sérgio Bacury** (TCM/PA) propôs que seja realizada posteriormente uma reunião com o Dionísio Sá, para verificar como utilizar essa plataforma com os professores da rede municipal, devendo formar um grupo específico no Whatsapp com os 17 coordenadores municipais de formação continuada já existentes, e com isso propiciar formação virtual para todos os professores municipais, sob a coordenação das SEMEDs.

Julio Meireles (SEDUC/PA) expressou sua satisfação em participar da reunião do GAEPE, e mencionou que é possível com esse trabalho do CEFOR abranger um universo bem maior de profissionais da educação básica com formação continuada em recuperação da aprendizagem, podendo estender não só para os coordenadores de formação continuada de cada município, mas sobretudo para todos os professores, em especial aqueles que não têm a conectividade, que estão na zona rural. E que essa plataforma já permite várias possibilidades da usabilidade, inclusive auxiliar na recomposição da aprendizagem.

No item da pauta sobre “Parceria com a Equatorial Energia para instalação de placas solares nas escolas rurais, em Melgaço”, **Eder Ferreira** (SEMED-Melgaço) informou que a equipe da Equatorial Energia está em parceria com o Governo Federal para instalação de placas solares no Marajó, já tendo realizado essa ação nos municípios de Breves, Bagre, Portel e Currálinho, e que deve partir agora para Oeiras do Pará. O sistema é muito moderno, que está sendo implantado nas casas e nas escolas rurais, sendo necessário informar os códigos das escolas. São 16 placas solares, com mais de 40 baterias, capaz de sustentar toda a iluminação, a bomba de água, o computador das escolas. Em Melgaço existem 51 escolas, e já possuem placas solares 42 escolas. Explicou que, como essa ação é realizada em parceria com o governo, não tem custo para sua implantação, e o município só paga pela manutenção das placas, que é realizada pela própria Equatorial, no valor mensal de R\$ 230,00 por escola, totalizando uma despesa vinculada à educação de pouco mais de R\$ 10 mil reais por mês.

Elianete Farias (SEMED-Bagre) informou que em Bagre já está sendo colocadas as placas solares pela Equatorial. As famílias fizeram seus cadastros e as escolas também foram cadastradas. O linhão de

energia da Eletronorte passa pelo município, e por conta disso algumas das escolas não receberão as placas solares, somente sendo atendidas as que se localizam próximas à sede.

Ismar Cruz (ARTICULE) sugeriu que o GAEPE possa acelerar esse processo nas escolas do Marajó, a partir de um cadastramento das escolas a ser realizado junto aos municípios.

Cezar Colares (TCM/PA) lembrou a todos que, em decorrência da privatização da concessionária da rede Celpa, ficou uma condicionante que o Governo do Estado tem uma influência junto ao Fundo que foi criado, que talvez possa ser juntado com essa ação desse programa federal. Informou que já houve o primeiro contato sobre isso, e na época foi informado que inicialmente seria selecionado Melgaço e Portel, e que os outros municípios estavam em vias de serem selecionados, como é o caso de Bagre, que se verifica que já foi incluído. Propôs, primeiramente, conversar com a Equatorial Energia, para esclarecer como esse programa vem sendo realizado e verificar como os demais municípios podem ser atendidos de forma mais imediata.

Foi aprovado que o TCM/PA realize um diálogo com a Equatorial Energia (e eventualmente com o Ministério de Minas e Energia), para verificação do cronograma de instalação das placas solares nos municípios do Marajó e quais os municípios contemplados nesse programa.

No item da pauta sobre “Expansão dos alunos PcD, nas escolas de Breves”, **Gelly Lima** (SEMED-Breves) informou que a educação especial no município de Breves é diferenciada, os alunos são atendidos com o apoio pedagógico de professores com especialização, mas que vem crescendo a demanda de alunos com deficiência (PcD). Antes do período da pandemia, existiam pouco mais de 300 alunos, e agora aumentou para mais de 700 alunos, e está muito difícil para a rede municipal manter os professores, porque são professores que recebem com nível superior, e, dependendo da deficiência do aluno, é atendido um aluno para um professor, muito embora ocorra o agrupamento de alunos, que são atendidos pelo Centro Alex Pinheiro, que se trata de um centro de atendimento especializado que possui uma equipe multidisciplinar para atendimento desses alunos no contraturno escolar, e que está localizado na sede do município. **Keyla Furtado** (SEMED-Breves), coordenadora do Centro, disse que em 2021 o atendimento realizado pelo Centro era de 452 alunos, do meio urbano e meio rural, e atualmente já está atendendo 754 alunos, mas que somente 561 alunos possuem laudo com especificação da deficiência, e que existem 125 alunos com terapias, mas que não se consegue suprir toda a demanda existente, porque se trabalha hoje com uma modalidade de atendimento na educação. Há necessidade de formação de professores em áreas específicas de educação inclusiva, pois alguns profissionais não veem a real importância do AEE dentro da sala de aula, que é um método muito importante para trabalhar a criança com deficiência e desenvolver as suas habilidades na sala de aula. Embora o Centro tenha uma estrutura com profissionais de várias áreas, psicólogo, psicopedagogo, psicomotricista, fonoaudiólogo etc., não vem conseguindo atender a demanda existente, que vem aumentando cada vez mais e, além disso, há necessidade de dispor de um tempo mínimo para o profissional estar com esse aluno para desenvolver as suas habilidades. Outro problema é que é vedado na rede municipal agrupar alunos de deficiência diferente, em decorrência da nossa lei do sistema municipal, e isso tem sido referendado pelo Conselho Municipal de Educação. Só pode agrupar deficiências equivalentes, mas quando agrupa dois a/ou três autistas, a dificuldade pode ser maior, e aí o que fazer? **Gelly Lima** (SEMED-Breves) retomou a palavra, e acrescentou que atualmente existem algumas escolas com cinco crianças com deficiência e apenas um professor de apoio, de acordo com a portaria da Secretaria, e que só pode ser feito com crianças com a mesma deficiência, mas no caso do autista de nível 3 ele tem que ter um atendimento individual, não pode ser agrupado, e isto preocupa porque sabemos que esse número só aumentar e é preciso estar preparado para esse atendimento.

Ismar Cruz (ARTICULE) comentou que essa questão ocorrente em Breves não é isolada, está presente em toda a rede escolar em todo o país e, portanto, há necessidade de se discutir para se encontrar alternativas de solução. **Cezar Colares** (TCM/PA) falou que em conversas com muitos secretários e prefeitos tem sido colocado a extrema dificuldade que estão tendo de lidar com essa questão, tanto na necessidade da contratação de auxiliares para as salas de aula, quanto pelo elevado número de crianças

com deficiência que tem procurado a escola e pela falta de formação dos professores em geral para lidar e trabalhar com essa necessidade de atendimento especializado. Se, às vezes, a prefeitura já tem dificuldade, imaginem as escolas, principalmente as que estão zona rural, distantes e com uma estrutura menor de profissionais. É um início muito interessante de um debate que se precisa aprofundar, tentar identificar quem são os especialistas na área, e realizar uma capacitação para professores em geral para terem mais habilidade para lidar com essa situação, e para isso é importante encontrar parceiros que se disponham a ajudar os municípios nessa questão. **Renata Machado** (SEMED-Breves) frisou que Breves é referência nas políticas da educação Inclusiva, porém deve ampliar e alinhar as ações com qualidade e discutir a inclusão como um todo.

Ismar Cruz (ARTICULE) propôs que fosse ampliada a identificação das necessidades de educação inclusiva para os demais municípios do Marajó, e que seja atribuída ao grupo de trabalhos do GAEPE que trata de universalização e permanência essa missão, realizando um levantamento junto aos demais municípios sobre o estágio em que se encontra a educação especial ou a educação com pessoas de deficiência, e a partir desse levantamento que se possa refletir em uma reunião as ações de capacitação necessárias.

Jefferson Patrick (SEMED-São Sebastião da Boa Vista) falou que no seu município houve um avanço com relação à educação especial, pois no início da gestão só tinha uma escola com atendimento em educação especial, e atualmente todas as escolas do município atendem alunos com deficiência. A maior dificuldade é a questão da formação, tanto que se está procurando contratar uma fonoaudióloga e não se está conseguindo.

Foi aprovado que o GT 2 do GAEPE vai elaborar um questionário sobre a situação atual e as dificuldades enfrentadas na educação inclusiva, a ser encaminhado aos municípios para preenchimento e devolução, devendo o TCM/PA auxiliar no encaminhamento dos documentos.

No item da pauta sobre “Outros Assuntos”, **Alessandra Gotti** (ARTICULE) comentou que, nos moldes dos outros GAEPEs existentes no país, existe um ponto comum que é a ideia de se construir uma agenda comum e, em torno dessa agenda comum, sincronizar o movimento de todos os poderes, órgãos e organizações da sociedade civil que se dispõe a trabalhar em conjunto para que se consiga, a partir de um levantamento de informações que coloque uma lupa nos desafios, buscar soluções, e, mais do que isso, essa é uma governança de apoio à gestão, ou seja, precisa-se saber quais são as dificuldades enfrentadas na ponta no chão de escola pelo secretários ou pelos professores, para que se possa pensar juntos em como avançar em soluções. Neste aspecto, destacou a questão da segurança nas escolas, na qual os secretários podem estar enfrentando no momento e aqui nessa governança é um ambiente bastante propício para que possam relatar essas dificuldades, e todos nós possamos pensar juntos em como superá-las. Da mesma forma, ressaltou a sugestão de pauta apresentada pelo Secretário da SEDUC/PA sobre o calendário escolar.

Elde Pereira (SEMED-Muaná) comentou sobre a questão da escolha de gestores escolares, afirmando que está elaborando projeto de lei sobre para definir como selecionar os gestores, dada a importância da função dele perante a equipe de trabalho na instituição de ensino.

Clara Santos (SEMED-Soure) afirmou que um dos maiores desafios é trazer a família para a escola, e que assumam de fato e de direito a responsabilidade delas nesse processo. É necessário ter metodologias e estratégias para que a família sinta como parte desse processo, e encontrar a forma adequada para trazer a instituição família para o lado educacional.

Jonas Farias (SEMED-Curralinho) comentou que a gravidez precoce é um problema que precisa ser realmente enfrentado, pois tem sido muito frequente, assim como a questão do assédio, que também muitas vezes acontece nas escolas. É preciso mudar essa realidade, e no Marajó se torna mais agravante ainda porque a vulnerabilidade é muito grande.

Foi aprovado estabelecer uma articulação com a SEDUC/PA para realizar um diálogo urgente sobre o calendário escolar, ainda no mês de maio, para evitar prejuízos neste ano letivo, e também aprovada a inclusão oportuna em pauta das questões voltadas à violência escolar, integração dos pais na vida escolar



(para além das reuniões periódicas escolares), déficit de profissionais voltados ao atendimento educacional especializado (AEE) e de psicólogos nas redes municipais de ensino e possíveis estratégias de solução.

Nada mais sendo discutido, foi encerrada a reunião.

TCM/PA * Instituto Articule
Grupo Gestor do GAEPE Arquipélago do Marajó